

25\01\2012

[MPX é autorizada a fazer testes em termelétrica a carvão no Ceará \(Valor Online\)](#)

[Portaria fixa regras para investimentos em aeroportos \(Valor Online\)](#)

[Dilma 2012 \(Valor Online\)](#)

[Agência mantém exigências para seguradoras \(Valor Online\)](#)

[Estádio pode somar ao PIB R\\$ 30 bilhões \(Valor Online\)](#)

[País cria 1,9 milhão de vagas, 23,5% menos que em 2010 \(Valor Online\)](#)

[Volume de transporte aéreo no país deve triplicar até 2025, diz Bain \(Valor Online\)](#)

[Enquanto a Copa não vem \(Folha de São Paulo\)](#)

[Amazônia é fronteira energética e de recursos \(Jornal O Estado de São Paulo\)](#)

[Compras públicas e setor de construção civil fazem diferença \(Jornal O Estado de São Paulo\)](#)

[Construção civil fechou quase 20 mil vagas em novembro \(Jornal O Estado de São Paulo\)](#)

[Vagas na construção civil caíram \(Diário do Comércio\)](#)

[Leilão de aeroportos nas mãos do TCU \(Correio Braziliense\)](#)

Valor Online
25 de janeiro

MPX é autorizada a fazer testes em termelétrica a carvão no Ceará

Por Rafael Bitencourt | Valor

BRASÍLIA – A MPX, empresa de energia do Grupo EBX, recebeu nesta terça-feira a liberação para testes na primeira unidade geradora (UG1), com potência de 360 megawatts (MW), da usina Porto do Pecém I, em São Gonçalo do Amarante (CE). A autorização foi emitida por despacho da área técnica da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Após a fase de testes, a primeira unidade de geração deve começar a operar em definitivo a partir de março. Ao todo, a usina deverá atingir a capacidade de geração de 720 MW. A construção e operação da usina são comandadas em parceria com a EDP, que detém os outros 50% de participação no negócio.

A MPX também está construindo outra termelétrica na região, a Porto do Pecém II. A usina, com 360 MW de capacidade, tem o início da operação previsto para agosto deste ano.

De acordo com informações da MPX, as duas termelétricas funcionarão à base de carvão pulverizado. O combustível será trazido de minas da MPX na Colômbia e recebido no Porto do Pecém.

Os contratos de geração de energia das duas usinas têm o prazo de 15 anos, contados a partir de 2012. *(Rafael Bitencourt | Valor)*

[<inicio>](#)

Valor Online
25 de janeiro

Portaria fixa regras para investimentos em aeroportos

Por Valor

BRASÍLIA – A Secretaria de Aviação Civil publicou portaria no Diário Oficial da União fixando regras para projetos de investimento de infraestrutura nos aeroportos.

Deverão ser constituídas Sociedades de Propósito Específico (SPE) para a exploração de infraestrutura aeroportuária. As regras permitirão a concorrência às concessões dos aeroportos, principalmente nas cidades onde serão realizados jogos da Copa 2014.

(Valor)

[<inicio>](#)

Valor Online
25 de janeiro

Dilma 2012

Por Cristiano Romero

A presidente Dilma Rousseff inicia o segundo ano de seu mandato procurando imprimir uma marca pessoal aos rumos do governo. Mesmo que o objetivo não seja fazer a antítese da gestão de seu antecessor, está claro que várias de suas decisões mostram ruptura com o modo Lula de governar. Temas como melhoria da gestão pública, concessões ao setor privado, controle de gastos com pessoal, nomeações técnicas para cargos cruciais e busca do equilíbrio fiscal de longo prazo distinguem Dilma de seu mentor.

2011 foi um ano de ajuste para o governo da presidente. Ela gastou 25% do seu mandato corrigindo desequilíbrios deixados por Lula. O principal deles foi provocado pelo Produto Interno Bruto (PIB), que, em 2010, cresceu a uma taxa (7,5%) claramente incompatível com a capacidade da economia de avançar sem gerar pressões inflacionárias.

A ideia de que Lula turbinou o PIB em 2010 para eleger Dilma é falsa. Ele o fez por interesse próprio, para sair do governo com uma taxa de crescimento elevada, a mais alta em quase três décadas. No

segundo semestre daquele ano, até o rígido Banco Central, ao abrir mão do combate à inflação crescente, curvou-se aos interesses de curto prazo do Palácio do Planalto. Ungida por um presidente com quase 80% de popularidade, num quadro de crescimento econômico acelerado e situação de quase pleno emprego, Dilma dificilmente perderia aquela eleição.

Presidente começa a diferenciar sua gestão da de Lula

A presidente herdou de Lula uma equipe completa. As demissões de ministros ligados a Lula, a maioria por denúncias de irregularidade, estão diminuindo o peso dessa herança. Evidentemente, Dilma não vai revolucionar o modo de fazer política no Brasil, abolindo o modelo toma-lá-dá-cá que encontrou em Brasília, mas aos poucos tem procurado conviver de forma mais digna com esse aparato.

Curiosamente, a presidente repete Fernando Henrique Cardoso no hábito de se relacionar diretamente com secretários-executivos. É uma forma de driblar ministros que estão ali por obra e graça dos partidos que os indicaram, e não por competência ou mesmo liderança política. Em alguns casos, é também uma maneira de se desviar de ministros que só não demite porque foram indicados por Lula.

A presidente começa também a compor com técnicos espaços do governo que considera essenciais, como o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e a Petrobras. Para o MCT, nomeou o físico Marco Antônio Raupp e, para a estatal, a engenheira Maria das Graças Foster, funcionária de carreira desde 1978. Nos dois casos, não deu espaço para interferência política.

Há dois dias, Dilma colocou de pé um velho sonho: a criação de uma bem-equipada secretaria de Gestão Pública, no âmbito do Ministério do Planejamento, à qual deu a missão de diminuir a burocracia federal e passar um pente-fino em processos e estruturas do setor público. O propósito é tornar o serviço público mais ágil e eficiente.

A tarefa não é nada fácil porque a cultura reinante em Brasília é, em grande medida, a do Estado ineficiente, de costas para o cidadão, sem compromisso com a qualidade. Além do mais, gozando os funcionários do privilégio da estabilidade no emprego, esforços em prol da melhoria dos serviços públicos costumam resultar frustrantes.

De qualquer forma, o novo órgão, que detém status de supersecretaria, é uma mobilização séria da presidente. Ela já planejava fazer algo do tipo quando chefiava a Casa Civil, mas não sentiu entusiasmo da parte de Lula. Dilma tem fé na ideia de que melhorar a gestão não é enxugar a máquina, mas colocá-la para funcionar a contento, atendendo às demandas da sociedade.

Não é à toa que a presidente já começa a colecionar desafetos no sindicalismo ligado ao setor público, que ameaça com uma grande greve em 2012. Dilma não tem nada contra os funcionários, mas, num tributo à racionalidade, estancou até agora as pressões por reajustes salariais anuais, sempre acima da inflação, justamente o oposto do que fez Lula em seu segundo mandato. Entre atender à demanda dos funcionários ou aumentar as transferências de renda aos menos favorecidos, ficou com a segunda opção.

Ao insistir na criação do Funpresp, o fundo de pensão do funcionalismo federal, Dilma dá uma bela contribuição ao equilíbrio de longo prazo das contas públicas brasileiras, ameaçado pelo déficit explosivo (R\$ 56 bilhões em 2011) do regime de aposentadoria dos servidores. Além de aumentar a poupança pública, a medida eleva a disponibilidade de recursos para o financiamento de longo prazo do setor produtivo. Promove, ainda, justiça previdenciária e emite um sinal importante ao mundo: o de que, no Brasil, doravante, não se assegura a ninguém o direito à aposentadoria integral.

As concessões de aeroportos, por sua vez, têm tudo para criar um novo paradigma em governos do PT, partido historicamente comprometido com o estatismo: o de que serviços públicos, como telefonia e administração de aeroportos, são geridos de forma mais eficiente pelo setor privado. Dilma quer ir além dos três aeroportos já inscritos para leilão e também desse setor. Encomendou à Casa Civil, por exemplo, projeto para a concessão também de portos.

Dilma é pragmática. O que está por trás de suas iniciativas não é propriamente uma guinada liberalizante, mas a ideia de que o Brasil precisa produzir mais e melhor e a custos menores. A sobrevivência da indústria brasileira nos próximos anos depende disso. O controle da inflação e a queda da taxa de juros, idem.

O ponto fora da curva nas ações da presidente na área econômica está na excessiva preocupação com coisas como a valorização da taxa nominal de câmbio; a exigência de conteúdo nacional em compras da Petrobras e como contrapartida ao apoio fiscal e financeiro do Estado a setores específicos; e a imposição de medidas protecionistas a indústrias como a automobilística.

Há um evidente nervosismo com a suposta perda de competitividade de setores da indústria no curto prazo, mas as medidas adotadas até agora, além de conflitar com os ventos modernizantes que sopram

em algumas áreas, representam a contratação futura de inflação e ineficiência. Melhor seria o governo ousar, a exemplo do que vem fazendo em algumas de suas ações.

Cristiano Romero é editor-executivo e escreve às quartas-feiras

E-mail cristiano.romero@valor.com.br

[<inicio>](#)

Valor Online

25 de janeiro

Agência mantém exigências para seguradoras

Por Felipe Marques | De São Paulo

Os esclarecimentos da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) sobre as concessões dos aeroportos de Guarulhos, Campinas e Brasília não trouxeram as boas notícias que o mercado segurador esperava. A exigência de classificação de risco de crédito (rating) para as seguradoras que quiserem participar do seguro-garantia das obras - apólice que cobre a entrega da construção - foi mantida. Assim, somente Ace, Chubb, Itaú Seguros e J Malucelli podem participar como seguradoras e Munich Re e J Malucelli Re como resseguradores, excluindo o resto do mercado que não possui essas classificações.

A Anac alterou a cláusula do contrato que diz respeito aos seguros, mas a nova redação da regra aumentou a dúvida sobre o tipo de rating necessário para participar. Se antes a exigência era que a nota da seguradora fosse na chamada "escala nacional", a nova cláusula exige apenas que a classificação de risco "esteja compreendida na categoria 'grau de investimento' em, pelo menos, uma das seguintes agências: Fitch, Standard & Poors ou Moody's."

"Com a mudança, pode ser que a seguradora use o rating de sua controladora multinacional para entrar na disputa", diz um executivo do mercado de seguros. Isso permitiria que grupos como Zurich e Mapfre, que não têm rating no Brasil, mas têm no exterior, entrassem na disputa. Mesmo assim ficariam de fora participantes nacionais do segmento como Austral e Fator Seguradora.

Outra alteração foi que a Anac deixou um pouco mais leve a exigência anterior de rating, passando a colocar como requisito apenas que a nota de crédito esteja dentro do grau de investimento da escala das agências. Antes, as notas pedidas estavam nos níveis superiores dentro desse grau. Na prática, porém, essa alteração não tem efeito, pois as poucas seguradoras que possuem rating no Brasil estavam dentro do requisito passado.

A revisão da cláusula também manteve a exigência de que a classificação de risco seja dada exclusivamente pelas agências Fitch, Standard & Poors ou Moody's. "Para resseguro, não é tão absurdo pensar em exigência de rating, na medida em que o órgão regulador já exige isso de alguns tipos de ressegurador. O que é absurdo é limitar as agências de classificação", diz um executivo que preferiu não ser identificado.

Entre as resseguradoras prejudicadas pela restrição está o IRB, maior ressegurador do país, que tem classificação de crédito pela A.M. Best, agência especializada no mercado segurador. A nota do IRB está dentro do grau de investimento da agência.

A justificativa da Anac para a exigência, presente no documento de esclarecimento, diz que "o requisito visa garantir uma qualificação mínima da entidade com vistas a assegurar a solidez financeira das garantias".

Gustavo Heinrich, diretor técnico da área de seguros da J Malucelli, uma das poucas seguradoras que podem concorrer, a Anac está correta em exigir a classificação. "As empresas públicas têm a prerrogativa de exigir um rating mínimo das seguradoras. É uma tendência entre as seguradoras obter essas classificações".

Agora, o mercado segurador fica na expectativa de que, até a próxima quinta-feira, último dia para a Anac se manifestar antes do leilão, haja a retirada da cláusula de rating. Isso porém não está previsto no cronograma da agência. Escritórios de advocacia ouvidos pelo **Valor** dizem já ter sido consultados por seguradoras sobre a possibilidade de derrubar a exigência caso a Anac decida mantê-la.

[<inicio>](#)

Valor Online

25 de janeiro

Estádio pode somar ao PIB R\$ 30 bilhões

Por De São Paulo

Com a construção do estádio do Corinthians em Itaquera, que receberá a abertura da Copa do Mundo de 2014, o PIB da cidade de São Paulo poderá ter um acréscimo de R\$ 30 bilhões nos próximos anos até o fim dessa década. Boa parte dessa expansão, estimulada pelo estádio, pela valorização imobiliária e pela atração de novos setores para a região com a construção de um Parque tecnológico e escolas técnicas, deverá se concentrar na zona leste, que poderá receber mais de R\$ 1 bilhão em obras em três anos. Os investimentos poderão reverter a dinâmica existente hoje na região, que concentra 35% da população, mas oferece apenas 15% dos empregos disponíveis em São Paulo e exibe renda familiar quase R\$ 1.000 abaixo da média do município.

"A zona leste tem características de uma região dormitório, com baixa oferta de emprego e alta densidade populacional, o que traz prejuízos para esses moradores, como o deslocamento deles para as outras zonas da cidade para trabalhar", diz Marcos Cintra, secretário municipal do Desenvolvimento Econômico e Trabalho. Um ponto a favor da região é a proximidade com o porto de Santos e com a cidade litorânea que deverá concentrar investimentos da Petrobras na exploração da camada pré-sal. Cerca de R\$ 500 milhões entre recursos do governo estadual e municipal deverão ser aplicados em melhorias da infraestrutura urbana, como ampliação do acesso à avenida Jacu-Pêssego, melhorias operacionais do trecho do metrô que corta a região e construção de um sistema de monotrilho. Em paralelo, outro esforço é pela maior capacitação da mão de obra local. No fim de dezembro, a prefeitura assinou a cessão de uma área pública de pouco mais de 15 mil metros quadrados para construção de um Senai em Itaquera, projeto que prevê a instalação de uma escola de ensino profissionalizante, com capacidade para formar 20 mil alunos ao ano. Também está prevista a instalação de uma Etec e de uma Fatec. "Essas duas estão em estágio avançado, com a estrutura quase pronta e podem ser inauguradas no próximo ano", diz Cintra. O polo institucional também deverá contar com um Parque Tecnológico, um projeto conjunto do governo do Estado e da prefeitura, que poderá abrigar 200 empresas, e laboratórios em parcerias com entidades e empresas. (RR).

[<inicio>](#)

Valor Online 25 de janeiro

País cria 1,9 milhão de vagas, 23,5% menos que em 2010

O Brasil criou, em 2011, 1,9 milhão de empregos, número 23,5% menor do que o total criado no ano anterior. Entre oito segmentos pesquisados, a pior performance foi na indústria, setor no qual a abertura de postos recuou 60%. Em dezembro, como ocorre tradicionalmente, o número de demissões superou o de novas contratações no mercado formal e o resultado final foi um saldo de 408,2 mil vagas fechadas. Os dados, do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) foram apresentados ontem pelo Ministério do Trabalho. Em dezembro, apesar de toda a desaceleração da economia, o saldo entre admitidos e demitidos ficou muito próximo das 407,5 mil vagas em igual mês de 2010. Em dezembro, foram demitidos 1,713 milhão de trabalhadores e contratados outros 1,305 milhão. O Ministério do Trabalho atribuiu os desligamentos de dezembro à entressafra agrícola, às férias escolares e ao "esgotamento da bolha de consumo no fim do ano".

Evolução do emprego

Saldo de postos de trabalho, por setores

	Saldo de emp Dez/2011
Extrativa mineral	64
Indústria de transformação	-146.004
Serviços industriais de utilidade pública	-1.309
Construção civil	-77479
Comércio	-7785
Serviços	-84.096

No ano, as contratações líquidas de 1,9 milhão - diferença entre 21,7 milhões de admissões e 19,8 milhões de dispensas - ficaram inferiores às projeções do governo. No primeiro semestre de 2011, o

Ministério do Trabalho projetava a oferta de 2,5 milhões de vagas. Em setembro, o governo já trabalhava com uma estimativa menor, de 2,3 milhões.

Na indústria, a criação líquida de vagas com carteira assinada decresceu de 544 mil em 2010 para 215 mil no ano passado, uma redução de 60%. Sob essa mesma base de comparação, as admissões na construção civil recuaram de 334 mil para 223 mil; no comércio a oferta passou de 612 mil para 452 mil e, no setor serviços, diminuiu de 1 milhão para 926 mil.

Na indústria, setor mais afetado pela desaceleração da economia brasileira - o crescimento de 10% em 2010 deu lugar a uma expansão inferior a 1% em 2011 -, o corte final de vagas em dezembro foi 5% maior que em dezembro do ano anterior. Setorialmente, contudo, as quedas foram bem mais expressivas: alta de 140% no setor químico (de 7,8 mil demissões líquidas em 2010 para 18,7 mil em 2011) ou de 190% (de 2 mil para 5,8 mil) na indústria de material de transporte. A compensação veio do setor de alimentos, cujo corte de vagas foi bem inferior ao usual para dezembro: 24 mil vagas a menos, diante de 62 mil em 2010 ou 94 mil em dezembro de 2009.

A agropecuária, que em 2010 havia registrado mil demissões líquidas, inverteu a situação e terminou o último ano com oferta de 86 mil empregos com carteira assinada, já descontadas as demissões. Na administração pública, as admissões líquidas subiram de 10 mil em 2010 para 17 mil no ano passado.

Na indústria extrativa mineral, as oportunidades passaram de 18 mil para 20 mil.

Na avaliação do professor da PUC Rio e economista da consultoria Opus José Márcio Camargo, o resultado de dezembro e o dado consolidado do ano passado reforçam a percepção de enfraquecimento no ritmo de expansão do mercado de trabalho. "Há uma clara tendência de arrefecimento."

Camargo diz que a queda de 23,5% na geração de emprego já era esperada, como consequência da desaceleração no crescimento da economia - que saiu de uma taxa de 7,5% em 2010 para uma expansão estimada entre 3% e 3,5% em 2011. "O ano de 2010 foi forte e fora de padrão", comentou. A expansão mais moderada do Produto Interno Bruto (PIB) em 2012 deve confirmar a tendência de queda na oferta de vagas também neste ano, prevê. O mercado de trabalho da indústria deverá apresentar fraco desempenho "e isso acabará afetando o setor serviços", projetou o economista.

O diretor-técnico do Dieese, Clemente Ganz, avaliou que a geração líquida de 1,9 milhão de empregos foi boa se considerada a redução do ritmo de crescimento do PIB. "O nível de desaceleração da economia não repercutiu, na mesma intensidade no mercado de trabalho; por isso, o resultado do Caged foi bom", disse. "Para mantermos a geração de 2,5 milhões de empregos, como vimos em 2010, a economia teria que ter avançado 5% no ano passado."

Para Clemente Ganz, 2012 deverá apresentar oferta líquida de, aproximadamente 1,5 milhão de contratações. "A tendência não é de grandes contratações porque no ano passado, que foi um ano de desaceleração, as empresas evitaram demitir", afirmou.

No fim deste mês, o Dieese apresentará a taxa de desemprego para as sete regiões metropolitanas que pesquisa. O percentual de dezembro deve ficar próximo a 9,5% e a taxa média de 2011, em torno de 10%.

[<início>](#)

Valor Online
25 de janeiro

Volume de transporte aéreo no país deve triplicar até 2025, diz Bain

Por Juan Garrido | Para o Valor

SÃO PAULO - De acordo com um estudo da Bain & Company, se o Brasil crescer, em média, 3,5% ao ano, o volume de transporte aéreo no país irá triplicar até 2025. Pelas estatísticas da estatal Infraero, que administra 66 aeroportos brasileiros, foram registrados 163,5 milhões usuários aéreos de janeiro a novembro de 2011. "São Paulo continuará sendo o principal gargalo", diz André Castellini, sócio-diretor da Bain, para quem, além da modernização do Aeroporto de Congonhas e das expansões dos de Guarulhos e Viracopos, São Paulo requer a construção de um novo aeroporto.

Segundo Castellini, o grande desafio a ser enfrentado pelo saturado sistema aeroportuário paulista é muito mais abrangente que o representado pela simples urgência de reunir condições para absorver o volume adicional de passageiros gerado durante os 30 dias de disputa da Copa do Mundo de 2014. Para ele, o problema é o dia a dia, aqui e agora. "A Copa é um problema pequeno e momentâneo em relação à importância do bom atendimento aeroportuário para o futuro da economia paulista."

Pelos dados enviados pela Infraero para esta edição, os investimentos atuais nos três aeroportos paulistas somam R\$ 2,191 bilhões. O menor investimento, de R\$ 14 milhões no Aeroporto de Congonhas, foi para a construção da nova torre de controle – já concluída.

No Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos os investimentos somam R\$ 1,3 bilhão. Estão divididos em seis intervenções: ampliação e revitalização do sistema de pista e pátio, atualmente aguardando perícia judicial (com término previsto para dezembro de 2013); ampliação e revitalização do sistema de pistas (obra concluída); construção de pistas de taxi e de saída rápida (licitação em andamento e previsão de conclusão da obra em março de 2013); implantação da fase 1 do terminal 4 (em execução e com conclusão prevista para este mês); implantação da fase 2 do terminal 4 (publicação do edital prevista para este mês e término da obra em dezembro de 2012); construção da fase 1 do terminal de passageiros 3 (obras de terraplanagem em execução e conclusão prevista para novembro de 2013).

Já o investimento total no Aeroporto Internacional de Campinas/Viracopos é de R\$ 876,92 milhões, distribuídos entre quatro ações: construção da fase 1 do novo terminal de passageiros e pátio, cujo projeto está em licitação (conclusão da obra prevista para dezembro de 2013); adequação do terminal de passageiros existente, cujos projetos já foram contratados (término previsto para outubro de 2013); implantação de módulo operacional, já concluído; sistema de pistas e pátios, cujo projeto executivo está em andamento (término da obra previsto para dezembro de 2013).

Castellini, da Bain, acha que transformar Viracopos no aeroporto paulista mais importante não chega a ser uma meta viável – mesmo que se ampliasse sua infraestrutura de forma portentosa – porque Campinas fica muito longe da capital (cerca de 100 quilômetros). “Nenhuma cidade dentre as 25 maiores do mundo é servida por um aeroporto tão afastado quanto Viracopos”, argumenta, citando que no Japão o aeroporto de Narita fica a 65 quilômetros de Tóquio, e este é considerado o “campeão” em distância, no caso das megalópoles.

O executivo explica que como não é possível aumentar significativamente a capacidade em Congonhas e que as ampliações possíveis na capacidade de Guarulhos não serão suficientes, há a necessidade clara de um terceiro aeroporto com grande capacidade e apto a atender à demanda da Região Metropolitana de São Paulo.

“O que se ouve insistentemente no mercado é que os grupos Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez estão dispostos a investir num aeroporto a ser erguido do zero e que o local para a construção – num município da Grande São Paulo – já está escolhido”, cita Castellini. De fato, especialistas comentam que se trata, inclusive, de uma área reflorestada, portanto ambientalmente amigável.

Na visão do sócio-diretor da Bain, no entanto, a construção de um novo grande aeroporto é sempre um grande desafio. Implica superação de fatores construtivos, meteorológicos, de acessibilidade, de tráfego aéreo, sociais, ambientais e econômicos. Ele lista, entre os principais questionamentos que buscam respostas positivas para que seja possível seguir em frente, o de se saber se as principais companhias aéreas teriam interesse em operar nesse aeroporto. Também se a área é extensa o suficiente para abrigar uma unidade que atenda cerca de 40 milhões de passageiros/ano e que possa operar em 99% dos dias em condições meteorológicas favoráveis.

Seria importante, além disso, que a área do novo aeroporto permitisse um acesso em cerca de 60 minutos com meios próprios e com transporte público. “Outra questão relevante é saber se seria possível conciliar o tráfego aéreo dessa nova unidade com o das demais unidades presentes na região e ainda aumentar o fluxo de voos, considerando a não ocorrência de impactos significativos”, acrescenta Castellini.

Ele informa que estudos sérios realizados por empresas especializadas em tráfego aéreo indicam que é possível, de fato, compatibilizar as operações de Congonhas, Guarulhos e Viracopos às de um novo aeroporto em São Paulo, aumentando o fluxo de pousos e decolagens na região. “Ainda que não haja um consenso sobre as conclusões desses estudos, eles mostram que, se houver real vontade política de achar uma solução, a nova unidade será viável”, diz.

/* Style Definitions */ table.MsoNormalTable {mso-style-name:"Tabela normal"; mso-tstyle-rowband-size:0; mso-tstyle-colband-size:0; mso-style-noshow:yes; mso-style-priority:99; mso-style-parent:""; mso-padding-alt:0cm 5.4pt 0cm 5.4pt; mso-para-margin:0cm; mso-para-margin-bottom:.0001pt; mso-pagination:widow-orphan; font-size:10.0pt; font-family:"Times New Roman", "serif";} /* Style Definitions */ table.MsoNormalTable {mso-style-name:"Tabela normal"; mso-tstyle-rowband-size:0; mso-tstyle-colband-size:0; mso-style-noshow:yes; mso-style-priority:99; mso-style-parent:""; mso-padding-alt:0cm 5.4pt 0cm 5.4pt; mso-para-margin:0cm; mso-para-margin-bottom:.0001pt; mso-pagination:widow-orphan; font-size:10.0pt; font-family:"Times New Roman", "serif";}

(Juan Garrido / Para o Valor)

Folha de São Paulo
25 de janeiro

Enquanto a Copa não vem

AS OBRAS PÚBLICAS AINDA NEM CHEGARAM, MAS OS MORADORES DE ITAQUERA, NA ZONA LESTE, AGUARDAM A VALORIZAÇÃO DA REGIÃO E NÃO QUEREM VENDER SEUS IMÓVEIS DE SÃO PAULO

Rodoviária, fórum, parque linear, centro de convenções e uma incubadora de empresas da USP. E o vetor disso tudo é um estádio, o Itaquerão, a arena do Corinthians que irá sediar a abertura da Copa de 2014.

Até lá, o bairro da zona leste passa por uma fase de preparação para as mudanças que já vem afetando sensivelmente a vida dos moradores.

Segundo corretores de imóveis, houve uma queda de até 50% nas vendas desde o anúncio da sede, em maio de 2010. Apartamentos da Cohab, por exemplo, chegam a custar hoje até R\$ 120 mil. Antes das obras, não passavam da casa de R\$ 70 mil.

Luiz Paulo Pompéia, diretor da Embraesp (Empresa Brasileira de Estudos do Patrimônio), admite que pode ter faltado um estudo de mercado adequado em Itaquera.

"Alguns empreendedores estão abusando um pouco, por isso existe o risco de falta de liquidez na região."

A dona de casa Vanda Andrade Moraes, 47, por exemplo, mudou-se de um apartamento da Cohab para um sobrado de três dormitórios. Pagou R\$ 300 mil.

"Os preços aqui estão mais altos mesmo, mas o bairro vai valorizar ainda mais", afirma.

De acordo com dados da Embraesp, no ano passado, foram lançados 804 novas unidades com dois dormitórios em Itaquera.

Com área útil média de 52 m², o preço médio do metro quadrado para esses imóveis foi de pouco mais de R\$ 3 mil -valor considerado alto pelos corretores. No bairro mais desejado da zona leste, o Tatuapé, o valor é de R\$ 5,8 mil.

A supervalorização e a perspectiva de mudanças assusta parte dos antigos moradores. Vladimir Américo Giannetti, 50, nasceu e morou ali quase toda a vida.

Ele saiu de Itaquera uma vez, quando se mudou para a rua Joaquim Eugênio de Lima (centro). "Mas fiquei só um ano lá porque aqui é minha casa", argumenta.

Agora, Giannetti pretende abandonar o bairro onde morou toda a vida. "Isso aqui vai virar o centro, vai ser tomado por prédios. Por isso, vou para o interior."

MUDANÇAS

Se Itaquera vai se transformar em um importante centro na cidade, só o tempo dirá. Mas é certo que o bairro sofrerá grandes mudanças até 2014. Um polo tecnológico está sendo erguido pelo governo do Estado ao lado da arena corintiana.

A obra deve ser entregue em dezembro de 2013, mesmo prazo prometido para o estádio, e contará com unidades da Fatec-SP, Etecs (escolas técnicas) e Senai.

Até 2014, os trens e estações da CPTM e metrô devem receber investimentos da ordem de R\$ 1 bilhão para tentar driblar a superlotação e a lentidão dos sistemas.

A linha 3-vermelha do metrô, por exemplo, é a mais lotada de São Paulo. Além disso, também está previsto um conjunto de novas vias em torno do polo tecnológico, que deve consumir cerca de R\$ 478 milhões.

O futuro estádio corintiano também já tem mudado a cara de Itaquera. Antes mesmo do clube definir o nome da arena, apelidada de Itaquerão, comerciantes da região já mudaram o nome de alguns estabelecimentos para a alcunha indesejada pelo Corinthians -que pretende vender os direitos do nome e faturar com o batismo.

A **Folha** percorreu o bairro e, dois anos antes da inauguração do estádio, encontrou dois estabelecimentos batizados com o superlativo de Itaquera. "A população já pegou o nome", diz Ismael Pignatari, supervisor do mercado Itaquerão.

O diretor de marketing corintiano, Luís Paulo Rosenberg, criticou a imprensa pelo nome extraoficial. "Isso irrita, agride, demonstra desprezo."

(RAPHAEL MARCHIORI)

[<inicio>](#)

Jornal O Estado de São Paulo
25 de janeiro

Amazônia é fronteira energética e de recursos

O Estado de S.Paulo

Sobram recursos e falta consenso sobre seu uso na maior floresta tropical do planeta; hidrelétricas ainda são polêmicas

O Brasil tem 310 Unidades de Conservação Federais, sendo 173 de uso sustentável - onde a ideia é tornar compatível a conservação com uso sustentável de parte dos recursos. Em 2006 foi aprovada a Lei de Gestão de Florestas Públicas, que permite a concessão de parte das áreas para madeiras que seguirem padrões de certificação e manejo.

Para 2012, o Plano do Outorga Florestal do Serviço Florestal Brasileiro prevê a concessão de dez florestas públicas na Amazônia, nos Estados do Acre, Pará e Rondônia, somando uma área de 4,4 milhões de hectares, dos quais, 2,8 milhões podem ser concedidos. Mas a região vive clima de insegurança fundiária e não superou o dilema entre conservação e desenvolvimento.

Entre 2008 e 2009, a Amazônia perdeu cerca de 49 mil km² de áreas protegidas por extinção e redução de unidades de conservação e terras indígenas, segundo o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia.

No início do mês, uma Medida Provisória alterou os limites de sete UCs com o objetivo de permitir a implantação das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio no Rio Madeira; Tabajara, em Rondônia; e do Complexo Tapajós, no Pará. Ao todo, foram excluídos 91.308 hectares.

"A geração de energia hidrelétrica é uma tecnologia que polariza opiniões, e projetos em grande escala exigem avaliações detalhadas sobre os custos econômicos, sociais e ambientais. Mas a transição para a economia verde não significa banir uma tecnologia e substituí-la por outra, mas sim colocar todos os fatos na mesa e escolher um caminho a seguir", afirma o porta-voz do Pnuma, Nick Nuttall. / K.N.

[<inicio>](#)

Jornal O Estado de São Paulo
25 de janeiro

Compras públicas e setor de construção civil fazem diferença

O Estado de S.Paulo

Até 2050, calcula-se que 90% da população mundial estará em centros urbanos. Segundo o Conselho Internacional para Iniciativas Ambientais Locais (Iclei), o poder de compra do Estado pode ser motor de transformações nas cidades. "No Brasil, as compras públicas representam 15% do PIB", diz a coordenadora de projetos Gabriela Alem Appugliese.

"Lançamos uma campanha global, o Procura+, que já conta com dez países da UE. As compras governamentais podem e devem servir de incentivo à produção sustentável."

São Paulo e Minas já possuem normativas sobre o uso de madeira nativa na construção civil. São Paulo tem até um catálogo socioambiental, com fornecedores ambiental e socialmente corretos. A capital paulista também tem instrução sobre uso de madeira, além de compra de papel.

Em nível nacional, uma instrução normativa de 2010 dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela administração pública federal.

"Embora as licitações no Brasil, tradicionalmente, levem em conta principalmente o preço, já há um arcabouço legal constituído que permite que o comprador faça opções mais sustentáveis", diz Gabriela. De acordo com a metodologia desenvolvida pelo Iclei, os governos mapeiam tudo o que consomem e elegem produtos prioritários para iniciar o programa de compras sustentáveis. Variáveis como o volume comprado e os impactos ambientais causados são levadas em conta na hora da escolha. / K. N.

[<inicio>](#)

Jornal O Estado de São Paulo
25 de janeiro

Construção civil fechou quase 20 mil vagas em novembro

Apesar disso, número de empregos no setor cresceu 7,2% na comparação com mesmo mês do ano anterior

ROBERTA SCRIVANO - O Estado de S.Paulo

Quase 20 mil postos de trabalho foram fechados na construção civil brasileira em novembro do ano passado. O número, divulgado ontem pelo Sindicato da Construção Civil de São Paulo (Sinduscon-SP), diferentemente do que possa parecer, não representa uma desaceleração do setor, que está superaquecido.

"Isso é sazonal. Historicamente, registramos demissões nos meses de novembro e dezembro", diz Eduardo Zaidan, vice-presidente de Economia do Sinduscon-SP.

Segundo os dados do sindicato, portanto, o emprego na construção recuou 0,62%, para 3,1 milhões de vagas, em novembro na comparação com outubro de 2011. Mas, na comparação do penúltimo mês do ano passado com novembro de 2010, o índice cresceu 7,2%, o que representa a criação de 210,4 mil vagas de trabalho.

Explicar o motivo que impulsiona a sazonalidade nas comparações mensais é difícil, diz Zaidan. Mas o fato de, em geral, não serem iniciadas obras no período do fim do ano, além da emigração de alguns trabalhadores para seus Estados na época das festas são alguns dos fatores que corroboram para o menor número de postos de trabalho na construção. "Há ainda outros fatores, mas acho que esses são os principais", considera Zaidan.

Números do Sinduscon-SP que analisam o emprego desde 1995, de fato, sempre mostram que há mais demissões do que contratações em novembro e dezembro. Zaidan, que acompanha o segmento há pelo menos duas décadas, já consegue até antecipar o resultado de dezembro de 2011, janeiro e até fevereiro deste ano: "Será de mais demissões", comenta. "E em janeiro e fevereiro teremos contratações", emenda o especialista do Sinduscon.

Por região. Dentre todas as regiões do País, apenas a Nordeste - responsável por 21,22% das vagas do setor no País - registrou contratação de empregados na construção civil em novembro sobre outubro. Mesmo assim, a alta do índice de emprego foi pequena, de 0,25%.

O aumento se deve apenas à Bahia (que viu o índice de emprego de novembro crescer 1,75%). "Os outros Estados registraram retração ou estabilidade na comparação com o mês de outubro", comenta Eduardo Zaidan.

A Região Sudeste, que responde por 50,8% do emprego da construção no Brasil, teve recuo de 0,7% no índice em novembro sobre o mês anterior. São Paulo, Estado com maior peso nos dados, já que agrupa 25% das vagas do território nacional, teve recuo de 0,68% no índice de emprego no penúltimo mês do ano passado.

Na Região Norte, o corte de postos de trabalho chegou a 0,88%. No Sul, o índice ficou em -0,27%. E, no Centro-Oeste, o recuo foi de 2,41%. Os números também se referem ao mês de novembro, na comparação com outubro de 2011.

[<início>](#)

Diário do Comércio
25 de janeiro

Vagas na construção civil caíram

São Paulo - O emprego na construção civil no país registrou queda de 0,62% em novembro ante outubro do ano passado, o que significa redução de 19,6 mil vagas no setor, de acordo com pesquisa divulgada ontem pelo Sindicato da Indústria da Construção (Sinduscon-SP) em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV). A queda nesses meses reflete fatores sazonais e já é esperada, segundo o Sinduscon-SP. Ainda assim, o recuo no período analisado foi o maior em três anos.

A queda foi maior do que a registrada em novembro de 2010 (-0,07%) e oposta ao aumento registrado no mesmo mês de 2009 (+0,94%). O resultado só não foi pior que o de novembro de 2008 (-0,90%), após a eclosão da crise internacional. "A pesquisa mostra que a construção voltou ao seu ritmo normal, mas distante do super-aquecimento registrado em 2009", afirmou em nota o presidente do Sinduscon-

SP, Sérgio Watanabe.

A pesquisa também mostra que a quantidade de empregos com carteira assinada na construção civil brasileira chegou a 3,124 milhões no penúltimo mês do ano passado. Com isso, os empregos no setor cresceram 10,43% entre janeiro e novembro de 2011. Apesar do nível alto, o crescimento é o menor dos últimos quatro anos. No mesmo período de 2010, os empregos na construção haviam saltado 16,08%.

Regiões - O emprego na construção caiu em novembro ante outubro em todas as regiões do Brasil com exceção do Nordeste, onde cresceu 0,25%, com mais 1.638 postos de trabalho. Já no Sudeste, o saldo de demissões atingiu 12.410 vagas (-0,77%), seguido por Centro-Oeste, com redução de 5.990 vagas (-2,41%), Norte, com corte de 1.695 vagas (-0,88%) e Sul, com corte de 1.169 vagas (-0,27%).

A pesquisa ainda informa que, no Estado de São Paulo, o nível de emprego da construção também caiu em novembro, baixando 0,68% naquele mês. Fecharam-se no período 5.516 postos de trabalho, reduzindo-se o contingente empregado a 804,3 mil trabalhadores com carteira assinada. Entre janeiro e novembro, o saldo continuava positivo em 7,55%, equivalente à admissão de 56,4 mil novos empregados no ramo.

Na cidade de São Paulo, a queda foi de 0,64% (menos 2,4 mil postos de trabalho) em novembro ante outubro. Já no acumulado do ano, o saldo é positivo em 8,22%. Dentre as nove regiões do interior paulista, apenas três tiveram aumento do emprego: Ribeirão Preto (0,78%), Santos (0,41%) e Bauru (0,29%). A maior queda percentual ocorreu em Santo André (-1,87%). **(AE)**

[<inicio>](#)

Correio Braziliense **25 de janeiro**

Leilão de aeroportos nas mãos do TCU

Autor(es): Sílvio Ribas

O plenário do Tribunal de Contas da União (TCU) decidirá na próxima quarta-feira, 1º de fevereiro, se será mantido o edital dos leilões de concessão dos aeroportos de Brasília, Guarulhos (SP) e Campinas (SP), marcado para 6 de fevereiro na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBovespa). A sessão deverá ser agendada pela área técnica e do gabinete do ministro relator do caso, Aroldo Cedraz, constituindo o último aval necessário para realizar os leilões simultâneos. No dia anterior, a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) apresentará seu parecer sobre os pedidos de impugnação. E, no dia seguinte, serão entregues as propostas dos candidatos. A tendência é de a Anac ignorar os protestos, deixando aos insatisfeitos apenas a alternativa de apelar para a Justiça, caso desejem impedir a realização dos certames.

Em 7 de dezembro, o TCU aprovou os estudos econômicos nos quais se baseou o edital, mas solicitou o aumento dos preços mínimos a serem pagos pelos futuros concessionários. Os valores foram ajustados em relação ao que havia sido divulgado no documento preliminar, ficando mais próximos dos sugeridos pelo tribunal. Segundo a Anac, mesmo se o TCU não divulgar seu parecer até 6 de fevereiro, a licitação será mantida.

Esclarecimentos

Segundo Letícia Queiroz de Andrade, advogada do escritório Siqueira Castro e representante de um dos consórcios, o relatório de 525 páginas divulgado na noite de segunda-feira, com respostas aos esclarecimentos solicitados pelos candidatos aos leilões, também deve eliminar eventuais dúvidas do TCU. A ata de esclarecimentos compilou respostas para cerca de 1,4 mil dúvidas. "O número expressivo de questões, que foram todas respondidas, é positivo para a continuidade do processo e algo bastante normal em licitações desse porte", ressaltou ela.

Dentre as informações adicionais e que se somam ao edital, a Anac deixou mais clara sua interpretação sobre a limitação da participação de empresas aéreas. Essa era uma das principais preocupações do tribunal. O controle que o órgão do Legislativo faz sobre as concessões é dividido em etapas. Na primeira, são analisados os estudos de viabilidade e o modelo da concessão. Na segunda e atual fase, os documentos definitivos da licitação, que inclui o edital e seus complementos, são avaliados, assim



como a regularidade das audiências públicas.

[<inicio>](#)



Sindicato Nacional da Indústria da
Construção Pesada - Infraestrutura